

# **PROGRAMA**

## **CONCURSO PÚBLICO**

Fornecimento de solução informática para exploração de software de gestão comercial de águas em regime ASP e prestação de serviços de printing e finishing

## ÍNDICE DO PROGRAMA

|  |    |
|--|----|
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO.....                                    | 2  |
| 2. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL .....  | 2  |
| 3. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....                               | 2  |
| 4. ESCLARECIMENTOS E RECTIFICAÇÕES ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO .....        | 3  |
| 5. FORMULÁRIO PRINCIPAL .....  | 3  |
| 6. INSTRUÇÃO DA PROPOSTA.....  | 3  |
| 7. PROPOSTAS EM RELAÇÃO A PARTES, DIVERGENTES OU VARIANTES .....         | 4  |
| 8. IDIOMA.....   | 4  |
| 9. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS .....                  | 5  |
| 10. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....                                | 5  |
| 11. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA .....                            | 5  |
| 12. NEGOCIAÇÃO.....  | 5  |
| 13. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO.....   | 5  |
| 14. ABERTURA E CONSULTA DAS PROPOSTAS.....                               | 6  |
| 15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA ..... | 6  |
| 16. RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO .....                                  | 7  |
| 17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....                                      | 7  |
| 18. CAUÇÃO.....  | 8  |
| 19. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....   | 8  |
| ANEXO I.....   | 9  |
| ANEXO II .....   | 11 |

## **1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

- 1.1. Processo n.º 0204.4.8.012/2015
- 1.2. Designação: "Fornecimento de solução informática para exploração de software de gestão comercial de águas em regime ASP e prestação de serviços de printing e finishing".
- 1.3. Tipo de procedimento: concurso público, ao abrigo da alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

## **2. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL**

- 2.1. Entidade adjudicante: Município de Palmela – Câmara Municipal.
- 2.2. Procedimento autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no exercício de competências próprias ou delegadas pela Câmara Municipal por deliberação tomada na reunião de 21 de outubro de 2013.

## **3. CONSULTA DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

- 3.1. As peças do procedimento (programa e caderno de encargos), em formato digital, encontram-se patentes para consulta na plataforma electrónica de contratação pública "Saphetygov" ([www.saphety.com](http://www.saphety.com)) dedicada aos procedimentos de contratação.
- 3.2. No caso de existirem dúvidas sobre a utilização da plataforma electrónica, a entidade gestora da mesma (Saphety Level – Trusted Services, SA) disponibiliza uma linha de apoio para esse fim, cujo número de telefone consta do endereço electrónico supracitado.
- 3.3. As peças do procedimento estarão ainda disponíveis, a título meramente de divulgação e consulta prévia, no site da Câmara Municipal ([www.cm-palmela.pt](http://www.cm-palmela.pt)), no separador "Município", na caixa temática "Concursos Públicos" – "Obras, Fornecimentos e Serviços".

#### **4. ESCLARECIMENTOS E RECTIFICAÇÕES ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

- 4.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados por escrito e colocadas na referida plataforma electrónica, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 4.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito e disponibilizados na plataforma electrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- 4.3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à rectificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e no prazo previstos no número anterior.
- 4.4. Nos termos do n.º 5, do artigo 50.º do CCP, os esclarecimentos e as rectificações referidos nos números anteriores, a existirem, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **5. FORMULÁRIO PRINCIPAL**

A plataforma eletrónica de contratação pública "Saphetygov" disponibiliza um documento denominado "**Formulário Principal**" que deverá ser preenchido pelos concorrentes, conforme determina o Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho, e a Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho.

#### **6. INSTRUÇÃO DA PROPOSTA**

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- 6.1 Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente programa.
- 6.2 Declaração do concorrente com o Preço da Proposta (sem IVA), indicando a taxa legal do IVA aplicável.
- 6.3 Mapa de Quantidades Previsionais e Preços, conforme modelo do anexo I ao caderno de encargos, devidamente preenchido.
- 6.4 Declaração do concorrente com o Prazo de Implementação (global) a que se vincula, indicado em dias contínuos (prazo a contar da data da assinatura do contrato).

- 6.5 Plano/Cronograma de implementação com objetivos, formação, datas e tempos máximos necessários para cada fase.
- 6.6 Certificado emitido por organismo independente para a certificação da conformidade do concorrente com a norma do sistema de gestão de serviços de tecnologias de informação (certificado com a referência ISO 20000).
- 6.7 Certificado emitido por organismo independente para a certificação da conformidade do concorrente com a norma de gestão da segurança em tecnologias de informação (certificado com a referência ISO 27001).
- 6.8 A declaração referida no ponto 6.1 deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 6.9 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no ponto 6.1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes.

## **7. PROPOSTAS EM RELAÇÃO A PARTES, DIVERGENTES OU VARIANTES**

- 7.1 Só serão admitidas propostas para a totalidade da prestação de serviços objeto do concurso.
- 7.2 Não serão admitidas propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.
- 7.3 Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## **8. IDIOMA**

- 8.1 Os documentos que constituem a proposta têm que ser redigidos em língua portuguesa.
- 8.2 Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, declarando a prevalência desta sobre os originais.

## 9. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente fica obrigado a manter a respectiva proposta pelo prazo de 120 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma, considerando-se este prazo prorrogado por iguais períodos se aquele nada requerer em contrário.

## 10. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

10.1 A proposta, elaborada nos termos do artigo 6.º do presente programa e contendo todos os documentos aí exigidos, é apresentada directamente na plataforma electrónica "Saphetygov".

10.2 A recepção da proposta é registada com referência às respectivas data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo electrónico comprovativo dessa recepção.

## 11. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O prazo de apresentação da proposta decorre até às 23 horas e 59 minutos do quadragésimo sétimo (47.º) dia a contar da data do envio do anúncio do concurso público para publicação no *Diário da República*.

## 12. NEGOCIAÇÃO

As propostas **não** serão objecto de negociação.

## 13. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

13.1 O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, concorrendo para o mesmo os seguintes fatores e respetivas ponderações:

- a) Preço da Proposta – 80%
- b) Prazo de Implementação – 20%

13.2 Forma de avaliar as propostas:

- a) Preço da Proposta [PP%] =  $[1,5 - (x/b)] \times 80$

Em que:

**b** é o preço base do procedimento, ou seja, € 360 000,00;

**x** é o preço da proposta.

b) Prazo de Implementação [PI%]

Condição aplicável:

- Se o prazo de implementação for menor ou igual a 65 dias, a proposta será graduada com 100% do fator, ou seja, [PI%] = 20%
- Se o prazo de implementação se situar entre os 66 dias e os 70 dias, a proposta será graduada com 75% do fator, ou seja, [PI%] = 15%
- Se o prazo de implementação se situar entre os 71 dias e os 75 dias, a proposta será graduada com 50% do fator, ou seja, [PI%] = 10%
- Se o prazo de implementação se situar entre os 76 dias e os 80 dias, a proposta será graduada com 25% do fator, ou seja, [PI%] = 5%

13.3 Graduação final (em percentagem) da proposta: [PP%] + [PI%].

13.4 No caso de o mais baixo preço constar de mais de uma proposta, será adjudicada aquela que tiver sido apresentada mais cedo.

#### **14. ABERTURA E CONSULTA DAS PROPOSTAS**

14.1 A abertura das propostas, efectuada na plataforma electrónica "Saphetygov", terá lugar no primeiro (1.º) dia útil imediato à data limite para a entrega das propostas, procedendo-se à publicação da lista dos concorrentes, na já referida plataforma.

14.2 Mediante autorização da entidade adjudicante, a entidade gestora da plataforma electrónica irá atribuir, em simultâneo, aos concorrentes incluídos na lista acima mencionada, códigos de acesso que lhes possibilita a consulta de todas as propostas apresentadas.

#### **15. ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR E AUDIÊNCIA PRÉVIA**

15.1. As propostas serão analisadas quanto à conformidade do exigido nas peças do procedimento e em relação a todos os seus atributos representados pelos fatores que densificam o critério de adjudicação.

15.2. Após o exame pormenorizado às propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual irá propor a admissão ou exclusão fundamentada das propostas e apresentar a ordenação, para efeitos de adjudicação, das propostas consideradas admitidas.

15.3. Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o em simultâneo a todos os concorrentes, notificando-os por meio da plataforma electrónica, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

15.4. O prazo de audiência prévia é de cinco (5) dias úteis.

## **16. RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO**

16.1 Cumprida a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado.

16.2 O relatório final é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

16.3 Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação do relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

## **17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

17.1 O(s) adjudicatário(s), quando notificado(s) para o efeito, terá(ão) que apresentar, na plataforma electrónica "Saphetygov", os seguintes documentos:

17.1.1 Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao presente programa;

17.1.2 Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP;

17.1.3 Cópia da Certidão do Registo Comercial.

17.2 Idioma dos documentos de habilitação:

17.2.1 Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa;

17.2.2 Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

17.3 O prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de cinco (5) dias.

17.4 A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo concedido para o efeito.

#### **18. CAUÇÃO**

Para garantir o exacto e pontual cumprimento das respectivas obrigações, a Câmara Municipal exigirá à entidade adjudicatária a prestação de caução, no valor de 5% do preço contratual.

#### **19. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Para todas as matérias não expressamente reguladas neste Programa, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e demais legislação aplicável.

## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 – ..., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

- a) ...
- b) ...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional <sup>(4)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional <sup>(5)</sup> <sup>(6)</sup>];
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(7)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(8)</sup> <sup>(9)</sup>];
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(10)</sup>;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(11)</sup>;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho <sup>(13)</sup>;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(14)</sup>;
- i) Não foi condenado(a), por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes <sup>(15)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por algum dos seguintes crimes <sup>(16)</sup> <sup>(17)</sup>]:
  - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(18)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(3)</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

<sup>(4)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

<sup>(5)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

<sup>(6)</sup> Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

<sup>(7)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

<sup>(8)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

<sup>(9)</sup> Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

<sup>(10)</sup> Declarar consoante a situação.

<sup>(11)</sup> Declarar consoante a situação.

<sup>(13)</sup> Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

<sup>(14)</sup> Declarar consoante a situação.

<sup>(15)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

<sup>(16)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.

<sup>(17)</sup> Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

<sup>(18)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 – ..., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup>:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(3)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(4)</sup> <sup>(5)</sup>];
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho <sup>(7)</sup>;
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(8)</sup>;
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(9)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(10)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(11)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(3)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

<sup>(4)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

<sup>(5)</sup> Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

<sup>(7)</sup> Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

<sup>(8)</sup> Declarar consoante a situação.

<sup>(9)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(10)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(11)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º